

32º Encontro Anual da Anpocs

GT 18: Elites e Instituições Políticas

Quem faz a política no município? Perfil partidário e municipal dos vereadores do Rio Grande do Sul.

Carine de Souza Leal

Outubro, 2008

Quem faz a política no município? Perfil partidário e municipal dos vereadores do Rio Grande do Sul

Carine Leal¹

A política local no Brasil foi vista até meados do século passado como mera projeção do poder privado que caracterizara as relações centro-periferia do período colonial até, no mínimo, a República Velha (Cintra, 1974). Acreditava-se que os resquícios daquela política tradicional e das práticas coronelistas ou mandonistas retratadas por Leal (1997) e Queiroz (1976) só se extinguiriam a partir da maior urbanização e modernização dos municípios. Na década de 70 a população urbana no Brasil já superava a população rural. A partir deste período percebe-se a transformação no modo de ver a política local: a associação entre democratização e descentralização com maior poder aos municípios passa a ser recorrente. O município, pela maior proximidade do governo com os eleitores, permitiria maior *accountability*, seria então o berço para a nova experiência democrática (Almeida e Carneiro, 2003).

Com essa expectativa, a Constituição de 1988 redefiniu o papel dos municípios tornando-os entes federativos ao lado da União e dos Estados. O novo status conferia ao poder local relativa autonomia político-jurídica; crescente participação no bolo fiscal através de taxação própria e, principalmente, de transferências constitucionais da União e do Estado aos municípios; e, a partir da segunda metade da década de 1990, com as políticas de municipalização de serviços, significativa responsabilidade na promoção do desenvolvimento econômico local e do *welfare*.

Essa redefinição provocou uma nova onda de estudos sobre poder local, especialmente no âmbito das relações federativas e das políticas públicas (Abrucio, 1996; Arretche, 2000, 2004; Souza, 1996, 2002; Almeida, 2003, 2005). À exceção de alguns trabalhos exploratórios (Kerbaux, 2005, 2006) ou de estudos de caso com viés mais antropológico (Kuschinir, 1996; Lopes, 2003; Lopez, 2004), pouca atenção tem sido dada ao estudo dos atores políticos

¹ Mestranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES. carinesleal@yahoo.com.br

dessa nova configuração federativa e desse suposto “berço” democrático. Acreditando ser o perfil da classe política um *proxy* para o tipo de política que se faz, essa pesquisa indaga: **quem são as pessoas que, afinal, fazem a política no município?** Por políticos, nesse primeiro momento, deve-se entender vereadores. A análise do executivo e dos grupos de interesse na esfera municipal é tema de outra pesquisa.

A maior dificuldade para uma pesquisa em âmbito local é a escassez de dados disponíveis. Para as Câmaras maiores, é possível encontrar alguns dados sobre a atual legislatura, porém quase nada que remeta a uma análise longitudinal. Para as pequenas, a realidade é ainda mais desoladora. Por essa razão, este trabalho tem como foco “apenas” os 496 municípios do Rio Grande Sul. Os dados utilizados são do TRE-RS e da Sondagem dos Vereadores realizada em 2005 pelo Espaço do Vereador da Assembleia Legislativa do Estado, envolvendo questões sócio-econômicas, posições ideológico-partidárias, e opiniões sobre o trabalho legislativo².

Municípios de diferentes portes seguem as mesmas regras institucionais para a seleção de seus vereadores, variando apenas o número de cadeiras no legislativo. Detentores do monopólio sobre a representação política em grande parte das democracias contemporâneas – e não é diferente na esfera local brasileira -, os partidos políticos são a variável chave para a compreensão desse processo. Mesmo que parte da literatura aponte que a *pessoa* tem prevalecido sobre o *partido*, isso ocorre dentro de determinada configuração partidária, normalmente mais fraca.

Em 2004, o Rio Grande do Sul elegeu 4584 vereadores distribuídos pelos 496 municípios que compõe o Estado. Antes da análise de quem são esses vereadores, é importante questionar-se sobre os municípios e partidos

² A Sondagem dos Vereadores faz parte do I Censo Legislativo Brasileiro promovido pelo Interlegis (órgão ligado ao Senado Federal). No entanto, apenas os dados do Rio Grande do Sul estão processados de forma razoável (o trabalho foi processado pelo Espaço do Vereador da Assembleia Legislativa do Estado em parceria com a UFRGS). Das 496 câmaras de vereadores do Estado, foram pesquisadas 338 (68,15%), distribuídas conforme tamanho do eleitorado. No total, dos 4584 vereadores gaúchos, foram entrevistados 2771 (60,44%). O fato de a primeira edição de a pesquisa ter sido realizada apenas em 2005 impossibilita por ora, uma análise longitudinal. Nossos agradecimentos a Maria Izabel Noll, Manoel Passos e Cláudio Damim pelo acesso aos dados brutos.

em que eles estão inseridos. A primeira parte do texto se dedica a identificar os partidos dominantes na esfera local gaúcha. Em seguida, procura-se traçar um perfil dos vereadores por tamanho do município e por partido político. Este trabalho ainda não apresenta conclusões. Limita-se a uma parte anterior, que se refere a explorações em cima dos dados levantados pela Sondagem dos Vereadores supracitada: o quanto ela pode contribuir e quais as suas limitações para o entendimento da classe política local no Rio Grande do Sul.

RS: perfil dos municípios e quadro partidário

A população do Rio Grande do Sul, já no ano de 2004, ultrapassava a casa dos 10 (dez) milhões de habitantes distribuídos de forma nada uniforme pelos 496 municípios que compõem o Estado. Enquanto cerca de 5 milhões concentram-se em 18 grandes cidades (população superior a 100 mil habitantes), outros 335 pequenos municípios com menos de 10 mil habitantes cada abrigam no total menos de 1 milhão e meio de pessoas. Desses, 229 têm menos de cinco mil habitantes.

Tabela 1

Classificação dos municípios gaúchos por tamanho da população	
População (em mil habitantes)	Número de municípios
até 5000	229
5001 a 10000	106
10001 a 20000	63
20001 a 50000	57
50001 a 100000	23
100001 a 500000	17
mais de 500000	1 (Porto Alegre)

Fonte: IBGE

Conforme se pode verificar nos gráficos 1 e 2, o tamanho da população do município é fortemente associado³ com a taxa de urbanização⁴ e com o índice de desenvolvimento socioeconômico (IDese)⁵. Com poucas exceções, os municípios com grandes populações tendem a ser mais urbanizados e

³ Qui quadrado $\leq 0,002$

⁴ A taxa de urbanização é equivalente à percentagem da população da área urbana em relação à população total. Foram utilizados os dados da FEE para o ano de 2006.

⁵ O Idese é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. O Idese total para o Estado do RS é de 0,760. Fonte: FEE

desenvolvidos que os pequenos. Por essa razão e com fins de simplificação, priorizaremos para o perfil geral apenas os dados referentes ao número de habitantes de cada cidade.

Gráfico 1

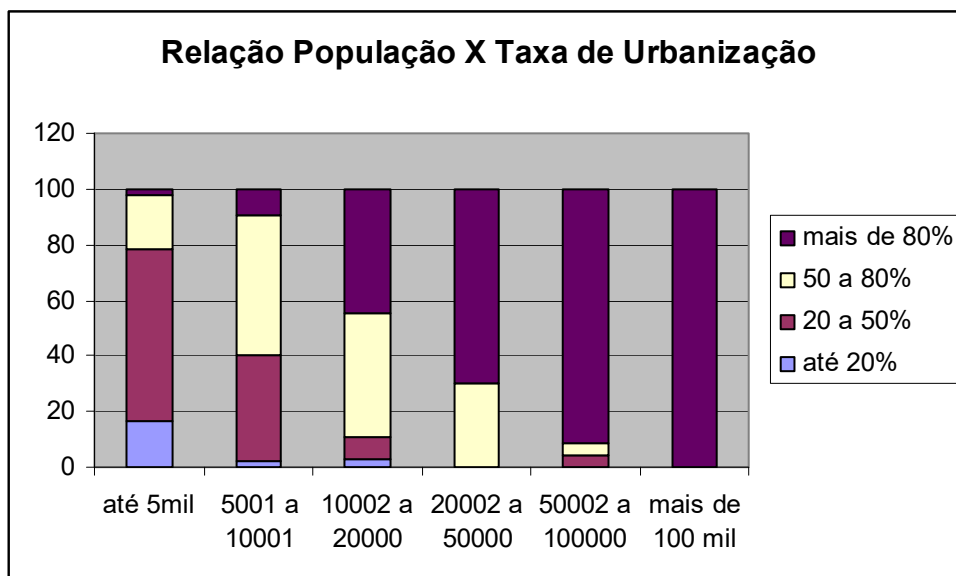


Gráfico da autora

Fonte de dados: Fundação de Economia e Estatística do RS

Gráfico 2

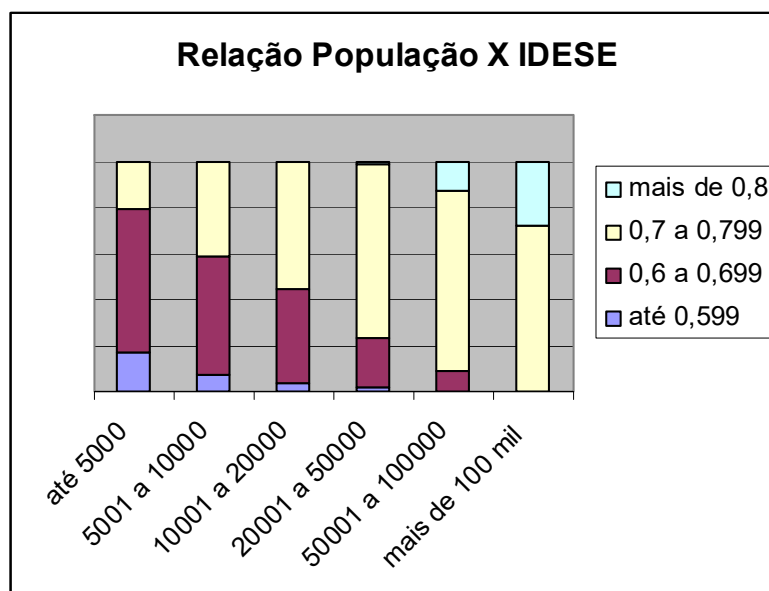


Gráfico da autora

Fonte de dados: Fundação de Economia e Estatística do RS

Quanto ao quadro partidário nota-se que os partidos que dominam a esfera local gaúcha – tanto executiva quanto legislativa - são PP e PMDB, seguidos, em ordem, por PDT, PT e PTB. A tabela 2 demonstra a coerência entre os partidos dominantes no executivo e no legislativo na porcentagem de cargos ocupados. Salvo uma acentuada queda do PP e leve ascensão do PDT e do PT em relação às prefeituras conquistadas, poucas alterações são observadas entre os pleitos de 2000 e 2004.

**Tabela 2: Desempenho dos Partidos nos Municípios do RS
(valores percentuais arredondados) ⁶**

	% de prefeitos eleitos		% de vereadores eleitos	
	2000 N= 497	2004 N= 496	2000 N= 5124	2004 N= 4584
PP	35	27	28	26
PMDB	28	28	26	26
PDT	16	20	18	17
PT	7	9	9	11
PTB	6	6	8	9
PSDB	3	3	4	5
DEM/PFL	3	4	4	3
PSB	1	2	2	2
outros*	0	2	1,1	1,9

Fonte: TRE-RS

* outros partidos = PPS, PL, PHS, PC do B, PSL, PV, PT do B e PST

A tabela 3 apresenta a variação dos partidos nas eleições para prefeitura entre um pleito e outro conforme o tamanho da cidade. Nos micromunicípios (menos de cinco mil habitantes) o domínio é dos progressistas, mas também aí que o partido registrou seu declínio de forma mais acentuada, cedendo espaço ao PDT e ao PT. Nos municípios com mais de 100 mil habitantes, que concentram quase metade da população gaúcha, os petistas, apesar de manterem o maior número de prefeituras, começam a perder prefeituras para os partidos centristas PMDB e PSDB. O PDT, partido que mais cresceu em 2004 no Rio Grande do Sul, continua com pouca expressão nas cidades maiores. A variação partidária na ocupação das cadeiras nas câmaras de

⁶ Foi utilizado aqui o valor percentual para que a diferença do N de cada eleição e dos diferentes cargos (vereador e prefeito) não compromettesse a comparação.

vereadores de municípios de diferentes portes se encontra na tabela 4. Esta tabela refere-se aos valores percentuais dos dados colhidos pela Sondagem dos Vereadores, abrangendo, portanto, 60,4% dos vereadores eleitos em 2004.

Tabela 3 - Variação do Desempenho dos Partidos nas Eleições para Prefeito 2000 e 20004 (valores absolutos)

Ano	Partido	Tamanho do Município						
		até 5mil	de 5 a 10 mil	de 10 a 20 mil	de 20 a 50 mil	de 50 a 100 mil	mais de 100 mil	total
2000	PP	83	38	23	16	13	1	174
2004	PP	68	30	16	12	7		133
≠		-15	-8	-7	-4	-6	-1	-41
2000	PMDB	68	35	16	13	4	3	139
2004	PMDB	66	30	15	15	7	5	138
≠		-2	-5	-1	+2	+3	+2	-1
2000	PDT	36	12	11	14	3	1	77
2004	PDT	42	23	16	12	3	1	97
≠		+6	+11	+5	-2	0	0	+20
2000	PT	13	7	3	3		9	35
2004	PT	20	5	4	7	1	6	43
≠		+7	-2	+1	+4	+1	-3	+8
2000	PTB	12	9	3	4	1	2	31
2004	PTB	16	6	5	3		1	31
≠		+4	-3	+2	-1	-1	-1	0
2000	DEM/PFL	7	2	3	2		1	15
2004	DEM/PFL	7	7		2	2		18
≠		0	+5	-3	0	+2	-1	+3
2000	PSDB	4	1	4	4	1	1	15
2004	PSDB	4	1	4	4	1	3	17
≠		0	0	0	0	0	+2	+2
2000	PSB	4	1		1	1		7
2004	PSB	3	2	2		2		9
≠		-1	+1	+2	-1	+1		+2
2000	outros	2	1	0	0	0	0	3
2004	outros	3	2	1	2	0	2	10
≠		+1	+1	+1	+2	0	+2	+7

Fonte: TRE-RS (tabulação da autora)

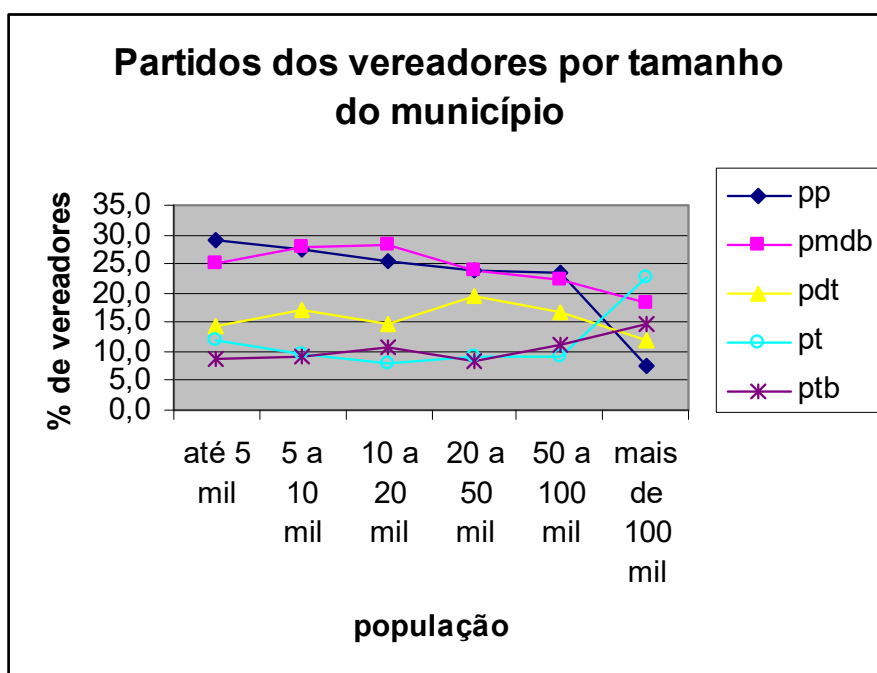
Tabela 4 - Partidos dos vereadores por tamanho de município (valores percentuais)

Partido	Tamanho do Município						total
	até 5 mil	5 a 10 mil	10 a 20 mil	20 a 50 mil	50 a 100 mil	mais de 100 mil	
PP	28,9	27,3	25,3	23,8	23,6	7,6	25,9
PMDB	25,1	27,7	28,3	23,8	22,4	18,4	25,3
PDT	14,2	17,0	14,7	19,5	16,8	12,0	15,6
PT	11,8	9,4	8,1	9,2	9,3	22,8	11,0
PTB	8,7	9,2	10,8	8,4	11,2	14,6	9,5
PSDB	3,6	4,3	7,2	5,9	6,2	7,6	4,9
PFL	3,3	1,4	1,1	3,0	1,9	1,3	2,4
PSB	2,0	1,1	2,5	1,9	2,5	1,9	1,9
outros	2,4	2,7	1,9	4,6	6,2	13,9	3,6
total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Sondagem dos Vereadores RS (tabulação da autora)

Assim como em relação às prefeituras, os vereadores do PP também alcançam melhor desempenho nos micromunicípios. Já nos municípios com mais de cem mil habitantes os progressistas elegem apenas 7,6% dos vereadores, ficando atrás de PT, PMDB, PTB e PDT, dividindo a quinta posição com o PSDB. O inverso ocorre com o Partido dos Trabalhadores: com desempenho modesto nos municípios pequenos, o PT dobra o número de seus vereadores nas cidades de mais de cem mil habitantes. Como pode ser observado no gráfico 3, nessas cidades, a diferença de percentual entre os partidos é menor e aumenta a participação dos pequenos partidos, indicando maior competitividade. PMDB, PDT e PTB apresentam desempenhos mais estáveis em municípios de diferentes portes. O PMDB mantém-se entre as duas primeiras forças em todas as faixas, enquanto os trabalhistas do PDT e do PTB se alternam entre na terceira e na quarta posição.

Gráfico 3



Fonte: Sondagem dos Vereadores RS

Será o perfil dos correligionários desses partidos semelhantes em cidades de portes diferentes? Em outras palavras, o progressista que ganha votos nas cidades menores tem o mesmo perfil daquele que perde cadeiras nos grandes centros? O petista que não consegue se eleger nos pequenos municípios é o mesmo que elege bancadas significativas nos municípios de

maior população? Mudam os políticos dos partidos ou muda o comportamento do eleitor conforme o tamanho do município?

Essas são questões importantes para avaliar a *sistemicidade* dos partidos, ou seja, a coerência estrutural interna entre centro e sub-unidades partidárias (Panebianco, 2004). Quanto mais sistêmicos, mais elevado o grau de institucionalização dos partidos⁷. O contrário também é verdadeiro: partidos com sub-unidades independentes e incoerentes entre si apresentam baixo grau de institucionalização, e, conseqüentemente, menor controle dos líderes sobre as carreiras. Nesses casos, o partido é mais permeável às hierarquias já desenvolvidas na sociedade, sendo possível assim a entrada na vida política por vias não exclusivamente políticas, as chamadas entradas laterais, ou por “osmose” (Dogan, 1999).

Pelo princípio da representação política pode-se esperar que assim com muda o perfil da sociedade conforme o porte do município, também mude o perfil de sua classe política. Dessa forma, encontra-se numa cidade pequena um maior número de agricultores na Câmara que nas cidades maiores, por exemplo. O esperado também ocorre em relação à escolaridade: o nível de instrução dos vereadores aumenta conforme cresce a população do município. Mas, para além do perfil social - idade, sexo, escolaridade e ocupação – que podem ser visualizados na tabela do anexo 1, busca-se, a seguir, verificar o “perfil político” dos vereadores do Rio Grande Sul. Será que se pode falar de algum tipo de “profissionalização” da política, como constatada na esfera federal (Marengo dos Santos, 2007; Perissinotto, 2007) também em âmbito local? Nesse ponto, as variáveis mais importantes são militância em algum tipo de movimento social, número de mandatos e fidelidade partidária.

Perfil político dos vereadores do RS

Viu-se que os partidos mais relevantes para a esfera local gaúcha são PP, PMDB, PDT, PT e PTB. Buscando identificar algum tipo de perfil dos vereadores desses partidos recorreu-se, por ora, a apenas quatro questões da Sondagem dos vereadores:

⁷ Outra variável importante para avaliar a institucionalização partidária, para Panebianco (2005) é o grau de autonomia dos partidos em relação a outras instituições, como igreja, sindicatos, etc. No entanto, temos poucos instrumentos para avaliar autonomia neste trabalho.

1. Já foi filiado a outro partido político?
2. Quando, em uma votação na Câmara de Vereadores, o seu partido adota uma posição diferente da sua sobre a aprovação de um determinado projeto, o senhor de uma maneira geral: (a) se submete à orientação do seu partido; (b) segue a sua consciência, e vota contra a orientação do seu partido; (c) não tem regra definida, e analisa caso a caso.
3. Quantos mandatos já exerceu como vereador(a)?
4. Tem atividade profissional além da legislativa?

Fidelidade partidária

A porcentagem de vereadores de cidades pequenas que já pertenceu a outro partido é inferior que das cidades maiores. Porém, quando perguntado se votaria contra o partido caso discordasse de alguma questão, quanto maior a cidade, mais partidário parece ser o comportamento do vereador.

Tabela 5 – Fidelidade Partidária por tamanho do município

Já foi filiado a outro partido político?							
	até 5 mil	5 a 10 mil	10 a 20 mil	20 a 50 mil	50 a 100 mil	mais de 100 mil	Total
não	69,2	67,4	60,2	61,9	57,3	52,2	65,5
sim	30,7	32,4	39,8	38,1	41,7	47,8	34,4
não respondeu	0,1	0,2			1,0		0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100
Quando o seu partido adota uma posição diferente da sua							
	até 5 mil	5 a 10 mil	10 a 20 mil	20 a 50 mil	50 a 100 mil	mais de 100 mil	Total
Submete-se	16,6	16,6	18,9	21,9	20,8	40,6	19,2
Consciência própria	29,2	27,4	27,3	32,2	30,8	16,1	28,4
Analisa caso a caso	54,2	56,0	53,8	45,6	48,4	43,2	52,4
Total	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 6 – Fidelidade Partidária por partido

Já foi filiado a outro partido político?										
		PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PFL	PP ⁸	total
		%	%	%	%	%	%	%	%	%
total	não	68,3	43,8	65,0	74,7	29,1	37,3	67,3	79,3	66,9
	sim	31,3	56,3	34,7	25,2	70,9	62,7	32,7	20,7	33,0
		100	100	100	100	100	100	100	100	100
até 5 mil	não	62,1	45,5	68,1	77,7	35,0	42,3	70,0	82,1	70,1
5 a 10 mil	não	77,1	20,0	68,1	76,4	26,1	37,8	85,7	74,8	68,3
10 a 20 mil	não	71,4	33,3	51,0	71,1	34,6	28,2	33,3	79,1	61,1
20 a 50 mil	não	64,0	57,1	66,7	69,6	16,7	41,7	75,0	77,3	64,2
50 a 100 mil	não	88,9	75,0	60,0	59,1	0	16,7	33,3	79,2	60,4
mais de 100 mil	não	78,6	0	58,3	73,3	25,0	36,8	0	66,7	55,7
Quando o seu partido adota uma posição diferente da sua										
		PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PFL	PP	total
		%	%	%	%	%	%	%	%	%
total	submete-se	32,0	21,2	15,8	17,2	15,6	20,5	13,8	18,8	19,3
	consciência própria	21,5	30,8	30,5	27,6	36,3	24,3	35,4	29,3	28,2
	analisa caso a caso	46,5	48,1	53,7	55,3	48,1	55,2	50,8	51,9	52,5
		100	100	100	100	100	100	100	100	100
até 5 mil	submete-se	18,9	8,7	15,0	16,5	9,8	19,2	10,8	18,4	16,8
5 a 10 mil	submete-se	21,2	16,7	18,5	16,1	16,7	12,0	37,5	14,9	16,6
10 a 20 mil	submete-se	24,1	22,2	9,4	16,8	26,9	20,5	0,0	24,2	19,3
20 a 50 mil	submete-se	61,8	28,6	12,5	20,5	4,5	25,8	18,2	19,5	22,2
50 a 100 mil	submete-se	42,9	50,0	14,8	16,7	10,0	27,8	0,0	16,2	20,1
mais de 100 mil	submete-se	69,4	66,7	42,1	20,7	33,3	31,8	0,0	41,7	42,2

A leitura das tabelas 5 e 6 aponta para um comportamento mais partidário quanto maior for a população do município. Quando observadas as questões referentes à fidelidade partidária entre os principais partidos e estes dentro de cada tipo de município pode-se notar algumas nuances. Embora no geral, o PT não seja o partido que mais tem vereadores “fiéis”⁹, que só pertenceram àquele partido (68% dos vereadores petistas nunca foram filiados

⁸ Os partidos estão posicionados conforme suas posições no espectro ideológico comumente aceito.

⁹ O termo fiel está posto entre aspas porque falta no questionário aplicado pela Sondagem a pergunta sobre ano de entrada na política. Um vereador que tenha iniciado sua vida política antes de 1982 (exceto os peemedebistas) terá vivido um outro sistema partidário do qual seu partido atual não existia.

a outro partido), nas cidades com mais de 50 mil habitantes esse número cresce expressivamente: 88% dos vereadores petistas das cidades na faixa de 50 a 100 mil habitantes nunca pertenceu a outro partido, ou seja, iniciou sua vida política no próprio PT. Dentre as cidades com mais de 100 mil habitantes, os mais “fiéis” são os petistas, com quase 80% tendo iniciado suas carreiras no partido, e o PMDB, com 73,3% de seus vereadores nunca tendo se filiado a outro partido. Já a “lealdade” partidária medida pelo comportamento do vereador quando este discorda do posicionamento do próprio partido, além de ser mais forte nos municípios de grande porte, aparece com muito mais força nos partidos mais à esquerda do espectro ideológico.

Esse achado confirma também para a esfera local gaúcha a tendência apontada por Marengo dos Santos e Serna (2007) que legisladores de partidos de esquerda são mais leais aos partidos. Os autores apontaram como fator explicativo os recursos sociais dos deputados federais. Por serem de origem normalmente mais humilde que os de direita, os membros de partidos de esquerda seriam desprovidos do chamado capital pessoal (de notoriedade, familiar, etc.) e, portanto, mais dependentes do capital coletivo, ou seja, investido pelo partido¹⁰. Infelizmente, essa hipótese não pode, por ora, ser testada no plano local, pois faltam informações sistematizadas sobre posição social dos vereadores. Renda e ocupação anterior (ou paralela) ao mandato seriam bons indicadores, porém, a questão mais próxima disso diz respeito ao setor em que atuavam antes ou paralelamente ao mandato, não diferenciando na agricultura, os trabalhadores rurais dos proprietários de terra, nem, na indústria, empregados de patrões.

Não obstante essa limitação da fonte quanto aos recursos sociais dos vereadores, busca-se a seguir uma aproximação por variáveis estritamente políticas, indicativas do grau de “profissionalização” política, ou seja, o quanto a

¹⁰ Os autores se referem à noção boudiesiana de *capital político*, que pode ser de tipo pessoal ou coletivo. O político de reputação ou capital pessoal constrói sua carreira baseado na notoriedade e popularidade acumulada em outras esferas – profissional, artística, filantrópica, etc. – que não a política, e as converte em votos. Já o político de reputação partidária deve sua carreira e, sobretudo seus votos, à organização partidária. O partido que é o detentor do capital político - e dos votos - e os transfere, como que por ‘empréstimo’ aos seus candidatos. Essa transferência se dá respeitando a uma lógica que Bourdieu chamou de *investidura*, pela qual “a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, àqueles que tudo deram à instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição eles nada seriam (...) a instituição investe aqueles que investiram na instituição” (Bourdieu, 1989: 191).

política, ou no caso, a vereança se torna uma profissão. Para tanto serão observadas as questões referentes à existência ou não de uma atividade profissional paralela à legislatura; o número de mandatos.

Profissionalização política

Conforme a Constituição brasileira (artigo 38, inciso III), o cargo de vereador é o único cargo político que permite o exercício paralelo de outra atividade profissional remunerada. No entanto, nota-se que quanto maior a cidade, mais complexos os seus problemas e maior o tempo demandado pela atividade legislativa. Dessa forma, é natural que o número de vereadores que não têm outra atividade além da política seja superior nos municípios de mais de 100 mil habitantes (29%, enquanto a média é de 8,7%). Para a análise dos principais partidos, isolamos apenas aqueles que não exercem outra atividade, ou seja, têm a política como sua profissão.

Tabela 7 – número de mandatos

Exerce atividade paralelamente ao exercício legislativo?							
	até 5 mil	5 a 10 mil	10 a 20 mil	20 a 50 mil	50 a 100 mil	mais de 100 mil	total
Não	3,6	6,0	11,1	12,4	19,3	29,1	8,7
Sim	96,1	93,6	88,9	86,8	80,1	69,6	90,9
Não respondeu	0,3	0,4		0,8	0,6	1,3	0,4
Total	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 8 – número de mandatos

Exerce atividade paralelamente ao exercício legislativo?										
		PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PFL	PP	total
total	não	10,6	9,6	8,9	6,9	11,9	11,8	6,2	7,2	8,5
	sim	89,4	90,4	91,1	93,1	88,1	88,2	93,8	92,8	91,5
população		PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PFL	PP	total
até 5 mil	não	5,2	0,0	3,7	3,2	4,9	3,0	2,7	3,4	3,5
5 a 10 mil	não	3,8	0,0	6,3	4,5	4,2	13,5	12,5	6,5	6,2
10 a 20 mil	não	6,9	11,1	17,0	8,8	23,1	7,7	25,0	9,9	11,3
20 a 50 mil	não	8,8	14,3	11,1	10,2	13,6	29,0	9,1	13,6	13,0
50 a 100 mil	não	33,3	50,0	18,5	19,4	10,0	11,1	0,0	18,4	19,2
mais de 100 mil	não	36,1	33,3	21,1	24,1	25,0	30,4	0,0	16,7	27,2

Na média, PSDB e PTB apresentam a maior percentagem de vereadores que têm na política sua única profissão, ainda assim, um número

não muito expressivo (11,9 e 11,8% respectivamente). Já quando analisados os municípios com população superior a 50 mil habitantes, destacam-se os partidos à esquerda. 50% dos vereadores do PSB em municípios entre 50 e 100 mil habitantes são exclusivamente vereadores. Nas grandes cidades essa cifra supera os 30% no PT e no PSB, e também, à direita, no PTB.

Outro indicador que pode ajudar a inferir o grau de “profissionalização” política é o número de mandatos exercidos por cada vereador. Nas cidades com até 50 mil habitantes cerca da metade dos vereadores eleitos em 2004 o eram pela primeira vez. O percentual de iniciantes cai para a casa dos 30% dos nos municípios maiores, onde a entrada na Câmara parece ser mais difícil.

Tabela 9 – número de mandatos

Número de mandatos por tamanho da população							
	até 5 mil	5 a 10 mil	10 a 20 mil	20 a 50 mil	50 a 100 mil	mais de 100 mil	
1	52,9	49,8	54,5	50,8	32,9	38,2	50,2
2	24,1	22,5	16,8	24,3	28,6	22,3	23,0
3	11,9	11,4	11,2	13,0	13,0	19,7	12,4
4	4,6	4,8	4,2	5,4	13,7	9,6	5,5
5	1,0	2,7	2,0	2,7	5,0	5,7	2,2
mais de 5	0,3	0,5	0,3	1,6	1,9	2,5	0,7
não respondeu	5,3	8,2	11,2	2,2	5,0	1,9	6,0
	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 10 – número de mandatos por partidos (em %)

Número de mandatos por partido										
		PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PFL	PP	total
	1 ou 2	82,3	80,8	69,1	72,9	72,6	72,0	84,6	72,0	73,5
	3 ou mais	11,0	13,5	24,8	20,3	23,0	22,2	12,3	22,3	20,5
	nao respondeu	6,7	5,8	6,1	6,8	4,4	5,7	3,1	5,6	6,0
		100	100	100	100	100	100	100	100	100
População		PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PFL	PP	total
até 5 mil	3 ou mais	9,7	8,7	25,0	18,4	19,5	21,2	10,8	16,6	17,6
5 a 10 mil	3 ou mais	9,8	50,0	20,8	18,1	20,8	9,6	0	26,8	19,6
10 a 20 mil	3 ou mais	3,4	0	18,9	21,0	15,4	17,9	25,0	18,7	17,4
20 a 50 mil	3 ou mais	17,6	14,3	22,2	21,6	27,3	12,9	27,3	26,1	22,1
50 a 100 mil	3 ou mais	6,7	0	29,6	27,8	20,0	66,7	0	42,1	32,5
mais de 100 mil	3 ou mais	19,4	33,3	63,2	34,5	50,0	40,9	0	58,3	38,5

Para a análise por partido foram isolados apenas aqueles vereadores que estavam no terceiro mandato ou já haviam ultrapassado essa marca. Com

algumas exceções ao longo da curva, observa-se que a maior parte dos partidos eleva seu percentual de “cadeiras cativas” conforme aumenta o tamanho da população, o que se dá de forma mais acentuada no PP, PTB, PSDB e PDT. É interessante cotejar esse percentual de “cadeiras cativas” (o oposto de renovação) com o desempenho dos partidos. Nos municípios pequenos, onde apresenta melhor desempenho, o PP tem a quinta melhor taxa de renovação, menos de 17% de seus vereadores ultrapassam o terceiro mandato. Já nas cidades maiores, percebe-se uma dificuldade de renovação dos progressistas (o percentual de vereadores progressistas em terceiro ou mais mandatos chega a 58%) e essa pode ser uma das causas de seu fraco desempenho. No entanto, não parece possível estabelecer uma equação renovação = bom desempenho, visto que quase todos os partidos diminuem sua taxa de renovação quando aumenta a população e isso não necessariamente afeta seu desempenho. O PSDB apresenta seu melhor desempenho (ainda que não muito expressivo) justamente nos municípios onde tem menor renovação (50% de seus vereadores de cidades com mais de 100 mil habitantes estão no terceiro mandato ou mais). O PT não apresenta alterações tão gritantes na taxa de renovação em municípios de diferentes portes, mas sua linha de desempenho é claramente ascendente conforme aumenta o tamanho do município (ver gráfico 3).

Considerações finais

Quando se trata de perfil político é comum aparecer a oposição comportamento personalista *versus* comportamento partidário. Isso ainda está por ser verificado na esfera local. Com a ajuda dos dados colhidos pela Sondagem dos Vereadores algumas pistas puderam ser esboçadas para o prosseguimento da pesquisa. Os dados demonstram que mesmo na esfera local, a probabilidade de um político apresentar comportamento partidário é maior entre os partidos de esquerda – da mesma forma que ocorre na esfera federal. Também na política local, parece ser crescente a profissionalização da política. Deste modo, parece ser perfeitamente plausível a utilização de referências de âmbito nacional para o estudo da esfera local, especialmente quando se trata de municípios de grande porte, onde se concentra a maior

parte dos eleitores. Isso não diminui a importância do estudo de realidades distintas, em pequenos e médios municípios talvez como sistemas políticos à parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando. *Reforma política e federalismo: desafios para a democratização brasileira*. In BENEVIDES, Maria Victoria, VANNUCHI, Paulo e KERCHÉ, Fabio (orgs). *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.225-265

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares. Recentralizando a federação? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 24, p. 29-40, jun. 2005

ARRETCHE, M. 2000. Estado federativo e políticas sociais : determinantes da descentralização. Rio de Janeiro : Revan

BOURDIEU, Pierre. (1989) A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel.

DOGAN, Mattei (1999) Les professions propices à la carrière politique. IN: OFFERLÉ, Michel. *La profession politique*. XIXe.-Xxe. Siècles. Paris, Belin.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opin. Publica*, Out 2005, vol.11, no.2, p.337-365

LEAL, Victor Nunes (1949). *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais.

MARENCO DOS SANTOS, A. e SERNA, M. (2007). Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil Chile e Uruguai. *RBCS*, Vol.22, nº4 jun/2007, pp.93 -113.

NOLL, Maria Izabel. O perfil dos vereadores do Rio Grande do Sul – uma leitura sob a ótica política. *Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*, 2006.

PANEBIANCO, Angelo [2005] . *Modelos de Partido*. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo, Martins Fontes.

QUEIROZ, Maria Isaura (1976). *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

RODRIGUES, Leôncio Martins (2002). *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo, Edusp.

ANEXO 1

Perfil social dos vereadores por tamanho da população

SEXO							
	até 5 mil	5 a 10 mil	10 a 20 mil	20 a 50 mil	50 a 100 mil	mais de 100 mil	Total
masculino	89,2	88,3	89,2	89,5	84,4	89,2	88,8
feminino	10,8	11,7	10,8	10,5	15,6	10,8	11,2
Total	100	100	100	100	100	100	100
IDADE							
	até 5 mil	5 a 10 mil	10 a 20 mil	20 a 50 mil	50 a 100 mil	mais de 100 mil	Total
18-30	9,0	8,6	8,1	6,8	8,8	6,4	8,3
31-40	34,2	29,6	29,2	29,9	21,9	19,1	30,4
41-50	37,3	41,4	41,1	39,9	45,6	39,5	39,6
51-60	15,6	17,3	17,5	19,6	21,3	28,0	17,8
mais de 60	3,8	3,2	4,2	3,8	2,5	7,0	3,8
	100	100	100	100	100	100	100
ESCOLARIDADE							
	até 5 mil	5 a 10 mil	10 a 20 mil	20 a 50 mil	50 a 100 mil	mais de 100 mil	Total
fundamental	54,9	45,7	30,0	21,9	15,5	13,9	40,6
médio	31,8	31,2	38,9	37,8	34,8	20,3	32,9
superior	12,8	22,7	30,8	39,4	48,4	62,6	25,7
não declarou	0,5	0,4	0,3	0,8	1,2	3,2	0,7
	100	100	100	100	100	100	100
OCUPAÇÃO PRÉVIA							
	até 5 mil	5 a 10 mil	10 a 20 mil	20 a 50 mil	50 a 100 mil	mais de 100 mil	Total
agricultura	47,4	31,0	18,6	8,9	5,0	5,7	30,2
pecuária	1,1	0,9	0,8	1,9	0,6		1,0
indústria	4,8	5,3	7,8	6,2	10,6	7,0	5,9
comércio	13,2	16,8	21,1	20,0	19,9	16,5	16,5
serviços	3,8	5,0	8,1	7,8	6,2	8,2	5,5
serviço público	18,1	22,5	25,8	25,4	21,1	24,1	21,5
profissional liberal	2,9	6,0	9,4	14,9	18,0	23,4	8,1
informal	0,6	0,4	0,8				0,4
não respondeu	0,3	0,4		0,8	0,6	1,3	0,4
outra	7,9	11,7	7,5	14,1	18,0	13,9	10,4
Total	100	100	100	100	100	100	100
Exerce atividade paralelamente ao exercício legislativo?							
Sim	96,1	93,6	88,9	86,8	80,1	69,6	90,9
Não	3,6	6,0	11,1	12,4	19,3	29,1	8,7
Não respondeu	0,3	0,4		0,8	0,6	1,3	0,4
Total	100	100	100	100	100	100	100

Perfil social dos vereadores por partido

SEXO									
	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PFL	PP	total
masculino	88,3	88,5	91,6	87,1	91,9	89,7	87,7	87,9	88,7
feminino	11,7	11,5	8,4	12,9	8,1	10,3	12,3	12,1	11,3
	100	100	100	100	100	100	100	100	100
IDADE									
	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PFL	PP	total
18-30	9,7	13,5	8,4	7,1	7,4	9,2	10,8	8,7	8,5
31-40	37,3	38,5	32,0	26,7	32,6	33,2	30,8	27,9	30,4
41-50	39,0	38,5	40,4	42,7	45,2	35,9	36,9	37,9	39,9
51-60	12,3	7,7	15,7	18,6	11,9	18,3	18,5	21,2	17,5
mais de 60	1,7	1,9	3,5	4,9	3,0	3,4	3,1	4,2	3,8
	100	100	100	100	100	100	100	100	100
ESCOLARIDADE									
	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PFL	PP	total
fundamental	36,5	42,3	43,5	38,7	35,6	42,4	56,9	42,1	40,9
médio	30,2	36,5	32,9	31,9	39,3	33,6	23,1	34,2	32,9
superior	32,6	19,2	23,6	28,5	23,7	23,7	20,0	23,2	25,6
não declarou	0,7	1,9		0,9	1,5	0,4		0,4	0,6
	100	100	100	100	100	100	100	100	100
OCUPAÇÃO PRÉVIA									
	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PFL	PP	total
agricultura	41,2	42,3	26,6	28,3	22,2	23,7	36,9	33,1	30,5
pecuária	1,0	1,9	0,9	0,6		0,4	3,1	1,8	1,1
indústria	5,0	3,8	4,7	7,3	14,1	7,6	1,5	3,7	5,8
comércio	9,0	11,5	18,7	16,4	17,0	21,4	20,0	16,8	16,5
serviços	3,7	9,6	8,6	5,8	8,9	3,4	3,1	3,8	5,4
serviço público	25,2	17,3	20,6	21,9	16,3	21,0	18,5	22,3	21,6
profissional liberal	4,7	5,8	10,0	8,8	8,9	9,2	4,6	7,3	8,0
informal	0,3	1,9		0,1	0,7	0,8		0,8	0,5
não respondeu	0,7			0,3	0,7			0,4	0,3
outra	9,3	5,8	9,8	10,5	11,1	12,6	12,3	10,0	10,3
	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Exerce atividade paralelamente ao exercício legislativo?									
	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PFL	PP	total
não	10,6	9,6	8,9	6,9	11,9	11,8	6,2	7,2	8,5
sim	89,4	90,4	91,1	93,1	88,1	88,2	93,8	92,8	91,5